



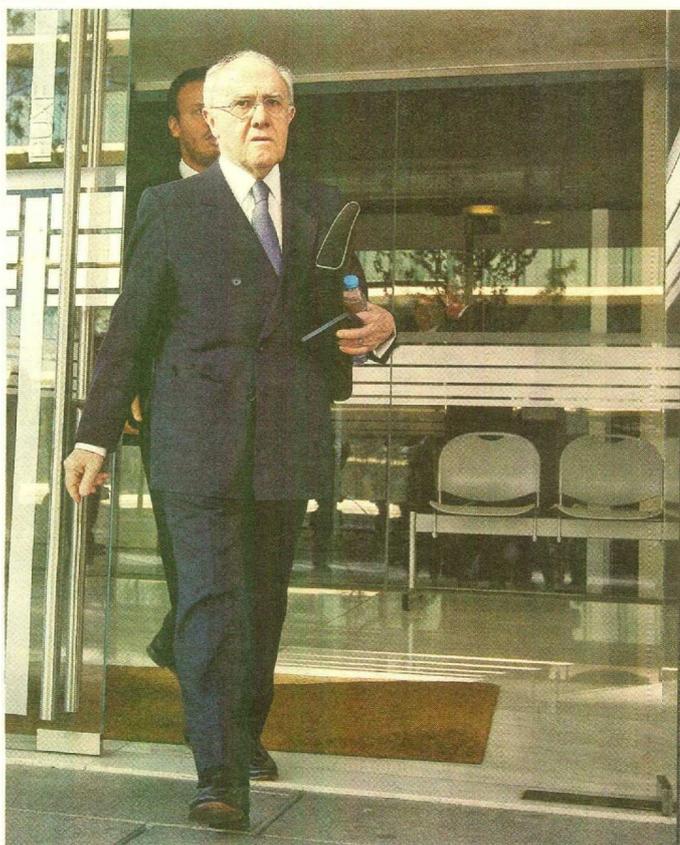
Diário Notícias

31-07-2014

Periodicidade: Diário	Temática: Justiça
Classe: Informação Geral	Dimensão: 2061
Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
Tiragem: 56361	Página (s): 1/12/13

Justiça demora dez vezes mais tempo a investigar corrupção

PAÍS PÁGS. 12 E 13



STEVEN GOVERNO/GLOBAL IMAGENS

Ex-administradores do BCP acusados

CORRUPÇÃO Os ex-administradores do BCP, incluindo o seu fundador, Jardim Gonçalves, foram acusados dos crimes de manipulação de mercado e falsificação de documentos, num caso que começou a ser investigado em 2008, há seis anos. Em maio de 2014, foi conhecido o acórdão, com a condenação dos três arguidos, em penas de prisão suspensas e com a condenação em pena acessória de interdição pelo período de 4 anos, do exercício de profissão (acórdão que não transitou). O Ministério Público interpôs recurso deste acórdão, cujo resultado ainda não é conhecido.



Justiça demora dez vezes mais tempo a investigar corrupção

Balanço. Ministério Público investigou 53 inquéritos no valor de 12 milhões de euros por corrupção. Um dos casos é o de Rodrigo Gonçalves, ex-adjunto do secretário de Estado do Emprego, acusado este mês por factos de 2006

FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

Rodrigo Gonçalves, vice-presidente da concelhia do PSD de Lisboa e até há pouco tempo adjunto do secretário de Estado do Emprego, e o seu pai, Daniel Gonçalves, presidente da Junta de Freguesia das Avenidas Novas, em Lisboa, foram acusados no início deste mês pelo crime de corrupção passiva para ato ilícito, em dois casos relacionados com a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfca, de que o primeiro foi presidente até 2013. O caso demorou seis anos a ser investigado, período muito acima da média.

Os factos remontam a 2005, a investigação do Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa foi iniciada em 2008 e a acusação data de dia 1 deste mês. Acusação sustentada pela forma de adjudicação à firma Better Building de um conjunto de obras efetuadas em 2006 na sede da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfca e pelo destino dado a dois subsídios, no valor de 75 000 euros, atribuídos pela Câmara de Lisboa e

pela Junta à Associação de Moradores de São Domingos de Benfca, em 2005 e 2006.

Seis anos foi o tempo que o Ministério Público demorou para concluir este inquérito, neste caso para levar a julgamento estes dois arguidos. Em média, a investigação feita pelo Ministério Público (MP) de crimes como o tráfico de influências, peculato, corrupção ativa, passiva ou fraudes bancárias é feita em “dois anos, oito meses e 16 dias”, segundo revela Francisca van Dunem, no Relatório Semestral da Distrital de Lisboa relativo a este ano.

Dez vezes mais tempo que a média dos outros crimes (três meses e um dia). Menos nove dias que a média revelada no semestre homólogo do ano passado. No total, segundo o memorando que na semana passada a PGDL divulgou, foram 53 os inquéritos investigados por este tipo de crime. Mais 23 do que no ano anterior. O valor, esse, subiu em flecha: de 1,3 milhões de euros do valor total dos inquéritos

dos primeiros seis meses do ano passado, o Ministério Público contabiliza agora 12 milhões de euros.

“Este resultado é o destroçar do mito de que nunca nada acontece a quem pratica este tipo de crime. Em nenhuma época, como nos últimos anos, se tem levado a julgamento, com regularidade e naturalidade, um tão elevado número de casos ligados ao crime económico e financeiro”, explica o procurador-geral adjunto José António Branco da PGDL, procurador coordenador do Ministério Público de Lisboa com o novo mapa judiciário. Porém, o procurador-

geral adjunto assume que o MP “tem problemas a resolver no contexto da investigação deste fenómeno criminal, sem dúvida que sim e temos disso perfeita consciência”.

Em média, cada um destes procuradores-gerais adjuntos tem à sua responsabilidade 148 processos crime para investigar. Do total de 97 612 crimes investigados, registou-se

97 612 mil novos crimes neste semestre em Lisboa

uma redução de 8200 crimes registados no Distrito Judicial de Lisboa face ao semestre anterior. A maioria destes inquéritos – 62% – foram concluídos através das chamadas formas simplificadas de processo como a suspensão provisória.

Como o caso dos ativistas da Greenpeace (ver texto ao lado) que ficaram obrigados a pagar uma multa de 300 euros, em vez de serem levados a julgamento. Já nas audiências, os juízes confirmaram 85% das acusações feitas anteriormente pelo MP. Casos por resolver ficaram 54 mil, cerca de 26% do valor total.

O relatório de Francisca van Dunem acusa a falta de procuradores nos julgamentos dos casos mais complexos. “Adensa-se o problema com a duração, por vezes prolongada no tempo, de alguns desses julgamentos”, pode ler-se no documento.

Criticando o facto de o distrito judicial de Lisboa não ter a chamada bolsa de magistrados, para colmatar casos em que os procuradores fiquem afetos a um caso demasiado tempo. com.E.B.eD.D.

Dentista esfaqueada pelo marido no Rossio

VIOLÊNCIA Luana Camargo, brasileira de 28 anos, foi esfaqueada até à morte pelo marido, Marcos Camargo, de 40, na clínica que detinha na Rua Augusta, em Lisboa, em frente a uma cliente. O crime ocorreu em maio último. O homem, descrito por uma comerciante como um "brutamonte", tem o corpo coberto por tatuagens. Quando os agentes da autoridade lhe perguntaram os motivos que o levaram a matar a mulher, terá respondido: "Ela pediu-me o divórcio, matei-a." Luís Garcia já tinha antecedentes criminais, está em prisão preventiva. O caso está a ser investigado.



BLUSTAWO BOM-GLIBAL/IMAGENS

Ativistas da Greenpeace com multa

PROTESTO O Ministério Público aplicou uma multa de 300 euros aos dez ativistas da Greenpeace, sem poder entrar mais em recintos desportivos em Portugal, que preparavam uma ação de protesto contra a Gazprom na final da Liga dos Campeões. O grupo dos ativistas foi detido na cobertura do Estádio da Luz e estava a preparar-se para descer em *rappel* para o relvado, numa ação de protesto contra a empresa russa, a maior extratora de gás natural do mundo e patrocinadora da Liga dos Campeões. Os ativistas terão permanecido três dias no estádio.

Relatório

Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa divulga relatório semestral de toda a atividade deste ano, desde a área criminal, passando pela de trabalho, cível e jurisdição de família e menores.

Menos inquiridos

➤ No semestre deste ano houve uma diminuição de novos inquiridos criminais relativamente a 2013, existindo agora 97 612, menos 8200 do que no primeiro semestre do ano passado. Os inquiridos não concluídos são atualmente 54 303. Quase metade – 46,8% – dos inquiridos são participados contra desconhecidos, estando 19% já concluídos. No final do semestre tinham entrado 26% dos processos abaixo do parâmetro definido para o distrito judicial de Lisboa, que é de 30%.

MP apoiou 589 trabalhadores

➤ O MP recebeu 1420 pedidos de ajuda em ações de processo comum no âmbito do contrato individual do trabalho, acrescidos de 101 pedidos em ação de impugnação e despedimento, num total de 1521. Conseguiu obter nestes 323 conciliações pré-judiciais. Nos mesmos segmentos, propôs pela defesa do trabalhador 589 ações (1241 nos 12 meses do ano de 2013). Em 116 casos de pedido de patrocínio, a ação não foi proposta porque os créditos dos trabalhadores foram reclamados em insolvência.

Número de processos resolvidos melhora

➤ A taxa de eficiência foi de 64,5% relativamente à capacidade de resposta sobre os 160 935 inquiridos (nomeadamente 63 323 em 2013 e 97 612 no início do ano) e 103 660 são inquiridos concluídos. A taxa de resolução foi de 1,06% relativamente à capacidade de resposta, tendo terminado mais processos do que entraram. Deram entrada 97 612 inquiridos e foram concluídos 103 660. Relatório assume que na área criminal os procuradores do MP cumpriram os objetivos definidos por Francisca van Dunem.

Lisboa com mais casos de Família e Menores

➤ Na área da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, os Tribunais de Família e Menores com maior volume de entradas são Lisboa (1570 processos), Sintra (1499 processos), Cascais (974 casos), Loures (933) e Amadora (com 735). O Ministério Público deu parecer em 1452 acordos relativos a regulação das responsabilidades parentais em divórcios. No primeiro semestre deram também entrada 528 ações oficiosas de averiguação da paternidade – 733 vinham pendentes do semestre anterior. No período destes seis meses do presente ano findaram-se por perfilhação 335 ações.

12 milhões de euros

contabilizados pelos procuradores do Distrito Judicial de Lisboa nos casos de corrupção investigados este semestre.

Mais 47 milhões de euros em que o Estado ficou lesado por fraudes e burlas ao SNS e à Segurança Social.

80% de arquivamentos

registados pela Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa do total de casos investigados. Já do total de acusações decididas pelo MP, 85% acabaram por ser confirmadas pelos juízes nas audiências de julgamento.

3 meses para concluir casos

Na maioria dos crimes, o Ministério Público de Lisboa demora três meses e um dia a concluir um inquérito. Mas nos casos de corrupção, essa duração aumenta para dois anos, oito meses e 16 dias.